



CESE Info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada

Maio 2017 | PT



EDITORIAL

Caros leitores,

Continuar a acreditar

Após meses de tensão e alguma inquietude, respira-se um pouco de alívio na Europa, com os resultados eleitorais de alguns Estados-Membros.

A vitória de Emmanuel Macron, por exemplo, é a demonstração clara de uma mudança de mentalidade por parte dos eleitores franceses face aos «partidos de sempre». É claro que a análise política é bem mais profunda, mas os sinais de mudança são evidentes.

Há de facto uma alteração na perceção da política e das políticas por parte dos eleitores e o resultado está à vista com a eleição de um candidato independente dos partidos e com ideias próprias.

Não sou analista político mas, embora a realidade francesa me fascine e me interesse, mesmo sendo bastante diferente da nossa, o que ainda me tranquiliza mais são as consequências destes resultados para o projeto europeu.

Em França, tal como noutros Estados-Membros, havia uma agenda, um conjunto de ideias defendidas por vários candidatos que, mesmo sendo válidas em democracia, iriam colocar em causa o projeto europeu, tal como o conhecemos.

Não seria positivo para a Europa que um país tão relevante como a França tivesse um líder antieuropeu.

Não estou a dizer que a Europa não precise de reformas e de um novo fôlego. O que entendo é que não deveria ter alguém que se opusesse a todo o projeto, em nome de um conceito ideológico assente no protecionismo demagógico e na separação, em nome de uma hipotética segurança.

Entendam-me, a manutenção dos valores individuais e coletivos na sociedade – concorde-se com eles ou não – é um direito e um dever de todos mas perde-se a razão quando esta defesa é um ataque à Europa e ao projeto de paz com que todos sonhamos e do qual queremos continuar a usufruir.

Não conhecemos em detalhe o projeto político de alguns líderes agora eleitos e ainda há muito por definir, mas sabemos que a preferência pela manutenção do ideal europeu e da defesa dos valores de uma Europa de crescimento para todos é motivo suficiente para ficar satisfeito e ter mais esperança no futuro.

É motivo mais do que justificado para que a Europa respire de alívio e procure agora reformar-se para ir ao encontro dos cidadãos e das suas preocupações e legítimas esperanças.

Mais uma vez entendo que os membros do CESE, enquanto testemunhas vivas dos anseios das populações, têm de estar disponíveis para ajudar à promoção de uma Europa inclusiva, pacífica, que a todos ajude e que com todos colabore. Assim seja!

Gonçalo Lobo Xavier
Vice-presidente do CESE

Can Dündar: «Não abandonem a Turquia. Erdogan não é a Turquia»



Jornalista turco no exílio debate liberdade de imprensa e direitos humanos com o CESE

Na sequência dos eventos recentes na Turquia, o CESE convidou o jornalista turco Can Dündar para a sua reunião plenária de abril. O antigo chefe de redação do jornal turco *Cumhuriyet* apelou à UE para que apoiasse a Turquia e o seu povo na defesa da

liberdade de imprensa, dos direitos humanos, do Estado de direito e da democracia.

«Atualmente, a Turquia é a maior prisão para jornalistas», afirmou **Can Dündar**. «Se a Europa ainda atribui uma grande importância à liberdade de pensamento e de imprensa, deve apoiar o povo turco. A Europa não deve abdicar dos seus valores contra benefícios a curto prazo».

O presidente do CESE, **Georges Dassis**, declarou: «A vossa luta é a nossa luta, e este

apelo para defendermos a democracia e a liberdade é importante. Espero que seja ouvido pelos nossos governos e parlamentos nacionais e pelo Parlamento Europeu. Podem contar com o nosso apoio.»

Esta mensagem foi igualmente partilhada pela presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE, **Gabriele Bischoff**, que apelou ainda às autoridades turcas para que libertassem o jornalista alemão Deniz Yücel, atualmente preso na Turquia. O presidente do Grupo dos Interesses Diversos do CESE, **Luca Jahier**, e a presidente da Secção REX, **Dilyana Slavova**, recordaram aos presentes que, para o regresso a uma Turquia democrática e aberta, a UE deve continuar a trabalhar em conjunto com a sua sociedade civil.

Can Dündar, que atualmente se encontra exilado na Alemanha, foi condenado a uma pena de prisão de cinco anos após o seu jornal ter noticiado que os serviços secretos da Turquia contrabandeavam armas para os rebeldes na Síria. O vice-presidente do CESE, **Gonçalo Lobo Xavier**, exortou a Turquia a cooperar com as organizações internacionais de jornalistas, a UNESCO, a OSCE e o Conselho da Europa para restabelecer a liberdade de imprensa no país. (mm) ●

Luta contra o financiamento do terrorismo exige medidas mais abrangentes

CESE apoia planos da Comissão de controlo de dinheiro líquido, mas realça obstáculos à sua execução

O CESE apoia a nova proposta da Comissão no sentido de alargar o âmbito dos controlos dos movimentos de dinheiro líquido nas fronteiras da UE e de conferir às autoridades mais poderes para proceder a verificações e confiscar bens em caso de suspeita de atividade ilegal, a fim de recolher mais informações e detetar casos de financiamento do terrorismo. No entanto, o CESE apelou uma vez mais à Comissão para que publicasse uma «lista de paraísos fiscais» responsáveis pela maioria dos fluxos ilegais de dinheiro líquido, considerando que a sua não publicação constituirá um enorme obstáculo à aplicação eficaz da proposta.

«As remessas em dinheiro líquido continuam a ser o principal canal de operação dos branqueadores de capitais e outros



criminosos financeiros», afirmou **Javier Doz Orrit** (Grupo dos Trabalhadores – ES), relator do parecer sobre o «Financiamento do terrorismo – controlo de movimentos de dinheiro líquido», adotado na reunião plenária de abril.

O CESE recomenda que, na sequência de consultas e da realização de um estudo, a Comissão elabore um plano para reduzir a utilização de dinheiro em numerário na UE. «Há que colocar a questão de saber se o limiar de 10 000 euros para a declaração obrigatória é adequado», afirmou

o correlator **Mihai Ivaşcu** (Grupo dos Interesses Diversos – RO). O parecer propõe ainda o alargamento da definição de «dinheiro líquido» para incluir os cartões pré-pagos e produtos de elevada liquidez, como o ouro.

O CESE saúda a introdução de sanções a aplicar aos Estados-Membros no caso de incumprimento da obrigação de declaração, salientando, todavia, a necessidade de harmonizar as sanções e de criar um procedimento de comunicação comum para todos os Estados-Membros.

O parecer realça ainda a importância de melhorar o intercâmbio de informações e a coordenação entre as autoridades dos Estados-Membros e com países terceiros e solicita a todos os Estados-Membros que coloquem à disposição da Europol as suas bases de dados de luta contra o terrorismo. (II) ●

AGENDA

26 e 27 de junho
Jornadas da Sociedade Civil de 2017

28 de junho
2.ª edição do Dia Europeu das Empresas da Economia Social

5 e 6 de julho
CESE, Bruxelas: reunião plenária do CESE

NESTA EDIÇÃO

2 CESE consulta sociedade civil da UE sobre o Livro Branco sobre o futuro da Europa

3 CESE propõe a criação de uma plataforma de partes interessadas para promover a empregabilidade das mulheres nos transportes

4 Georges Dassis: «Quando somos solidários podemos deixar uma marca na história»



CESE propõe a criação de uma plataforma de partes interessadas para promover a empregabilidade das mulheres nos transportes

© Shutterstock



A iniciativa foi apoiada pela Comissão e será lançada em novembro

Apenas dois em cada dez trabalhadores do setor dos transportes são mulheres. Com 78% dos postos de trabalho ocupados por homens, os transportes são um dos setores mais afetados pela desigualdade de género. O CESE considera que atrair mais mulheres é uma prioridade urgente e propõe a criação de uma «plataforma para a mudança» para dar resposta a este problema.

Na sua reunião plenária de abril, o CESE aprovou o parecer sobre «**As mulheres e os transportes – Plataforma para a mudança**», que define este novo fórum de partes interessadas e apresenta recomendações à Comissão sobre como estabelecê-lo.

«Os transportes são um setor concebido por homens e para homens», afirmou a relatora do CESE **Madi Sharma** (Grupo dos Empregadores – Reino Unido).

«Mas, atualmente, aumentar o número de mulheres no setor dos transportes não é apenas um argumento de género, é também um imperativo económico e social. O setor precisa desesperadamente de trabalhadores competentes, empenhados e que se sintam valorizados e protegidos, para se conseguir alcançar crescimento e inovação.»

Através desta plataforma, o CESE procurará envolver todas as partes interessadas no processo de mudança do ambiente de trabalho do setor e aumentar as oportunidades para as mulheres. A plataforma deve adotar uma abordagem baseada na ação, com medidas específicas, e ser apoiada por um sítio Web. O CESE considera ainda que o acompanhamento, a avaliação e a partilha de boas práticas serão instrumentos essenciais para assegurar a sua credibilidade e êxito.

Frans Timmermans, vice-presidente da Comissão, e Violeta Bulc, comissária responsável pelos Transportes, apoiaram a iniciativa, que será lançada em novembro de 2017. (mq)

CESE consulta sociedade civil da UE sobre o Livro Branco sobre o futuro da Europa



O Comité Económico e Social Europeu (CESE) realizará um conjunto de debates a nível nacional em 27 Estados-Membros para conhecer as opiniões da sociedade civil europeia sobre os cinco cenários da evolução da Europa traçados pela Comissão Europeia no seu Livro Branco sobre o futuro da Europa – Reflexões e cenários para a UE-27 em 2025.

As ideias, as opiniões e as preocupações manifestadas durante os debates nacionais pelas organizações da

sociedade civil de todas as esferas da vida económica e social contribuirão para o parecer que o CESE está a elaborar sobre o Livro Branco, na sequência da consulta da Comissão. O parecer será adotado na reunião plenária do CESE em julho.

Os debates durante o mês de maio fazem parte de uma discussão alargada em curso sobre a trajetória da Europa, tendo sido iniciada pelas instituições europeias em todo o continente, envolvendo de igual modo os cidadãos, as autoridades e as organizações. Conforme realçado pela Comissão na sua consulta, o CESE desempenha um papel fundamental neste processo, enquanto voz da sociedade civil organizada na UE.

O Livro Branco oferece cinco cenários para a forma como a Europa pode evoluir até 2025 em diversos domínios, tais como o mercado único e o comércio, a migração e a segurança, e a união económica e monetária. (ll)

Como reforçar a proposta da Comissão relativa às energias limpas



As políticas para acelerar a transição energética da Europa exigem um planeamento mais realista, melhores processos de consulta junto dos consumidores e regras mais claras sobre como pôr em prática os objetivos no domínio da energia. Na reunião plenária de abril, o CESE aprovou cinco pareceres sobre o pacote «Energias limpas para todos os europeus» da Comissão – um conjunto de mil páginas de propostas que o Comissário responsável pela União da Energia, **Maroš Šefčovič**, declarou irem «revolucionar» o setor.

Embora, na generalidade, se congratule com o pacote, especialmente com os esforços para reforçar o papel dos consumidores de energia enquanto prossumidores e novos participantes no mercado, como as comunidades de energia locais, o CESE antevê grandes dificuldades, especialmente porque a Comissão pretende supervisionar os planos nacionais em matéria de energia e clima de cada país.

O CESE afirma, no seu parecer geral sobre o pacote (TEN/624), que «manifesta profunda preocupação quanto à capacidade do processo de governação de assegurar o cumprimento e apresentar resultados concretos e que há uma confiança excessiva nas consultas e na pressão dos pares, em vez de em regras claras». O CESE solicitou uma melhor clarificação do modo como

a Comissão pode obrigar os Estados-Membros a tomarem as «medidas necessárias» em caso de deteção de uma lacuna, tanto a nível da ambição como da execução.

A comunicação da Comissão dá prioridade à eficiência energética e sublinha os seus benefícios na abordagem à pobreza energética. O relator do CESE, **Ulrich Sann** (Grupo dos Empregadores – DE), salientou ainda o papel fundamental da eficiência energética, mas alegou que esta não é necessariamente a primeira arma a escolher na luta contra a pobreza energética.

O plano para criar um observatório da pobreza energética foi recebido com agrado, tendo o CESE observado que tal reflete uma proposta apresentada em 2013 por **Pierre Jean Coulon**, atual presidente da Secção Especializada de Transportes, Energia, Infraestruturas e Sociedade da Informação (TEN).

O presidente do CESE, **Georges Dassis**, advertiu que a transição para as energias limpas «não pode fazer-se à custa de determinados grupos da população, em particular os desfavorecidos».

Maroš Šefčovič declarou ser crucial apoiar as propostas, pois o mundo aguarda que a UE indique o caminho a seguir. (dm)

CESE afirma que, na situação atual, países terceiros isentos de visto precisam de autorizações prévias de viagem

O plano da Comissão de criação de um Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS), com vista a reforçar os controlos de segurança dos viajantes isentos da obrigação de visto no espaço Schengen, é inevitável nos dias de hoje, tendo em conta a situação de segurança atual, referiu o CESE na sua última reunião plenária.

No seu parecer sobre o ETIAS, o CESE salientou que a informação reunida através deste sistema permitiria uma gestão mais eficaz das fronteiras de Schengen; no entanto, apelou à Comissão que resolva a questão dos Estados-Membros da UE não pertencentes ao espaço Schengen.

«O sistema permitirá a verificação prévia de potenciais riscos de segurança ou de migração irregular, a fim de proteger os cidadãos da UE contra pessoas que entram com má intenção», afirmou o relator **Jan Simons** (Grupo dos Empregadores – Países Baixos). Embora possa não ser bem acolhido por todos, o ETIAS trará



ainda benefícios para os viajantes, como é o caso da redução do tempo de espera nas fronteiras Schengen. Contudo, o CESE considera que o sistema deve ser introduzido gradualmente e em comunicação aberta com os países afetados.

O ETIAS aplicar-se-á aos nacionais de cerca de 60 países terceiros que atualmente podem entrar no espaço Schengen sem visto. Ao abrigo deste sistema, que deverá estar operacional até 2020, os viajantes terão de efetuar o pedido de autorização de viagem em linha, que funcionará como um sistema mais simples do que o regime de vistos normal. De seguida, a plataforma efetuará verificações automáticas utilizando os sistemas de informação da UE, como a Interpol, a Europol, o SIS e o SES, e concederá ou rejeitará a autorização no próprio dia. No entanto, a decisão final continuará a ser tomada pelos guardas de fronteira nacionais.

O CESE acolheu favoravelmente a proposta, mas sublinhou que o ETIAS deve respeitar integralmente os direitos fundamentais e a proteção de dados pessoais, tornando os dados apenas acessíveis às autoridades que investiguem atividades criminosas, terrorismo, migração ilegal e outras ameaças. (ll)

Declaração do presidente do CESE no Dia da Europa

Há sessenta e sete anos, foram lançados os alicerces da União Europeia quando, em 9 de maio de 1950, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Schuman, enveredou por um novo caminho rumo à integração europeia, propondo a criação de uma Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Nessa altura, a CECA foi apenas o início e, alguns anos mais tarde, a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, anunciou o nascimento da UE. Hoje temos a oportunidade de comemorar e fazer um balanço das conquistas da UE, mas simultaneamente de olhar para a nossa visão do futuro e para os problemas muito concretos que os povos da Europa enfrentam atualmente.

A verdade é que as histórias de sucesso da UE raramente são mencionadas, o que faz com que todas as suas conquistas praticamente caiam no esquecimento. No entanto, se olharmos para o passado, só podemos orgulhar-nos de tudo o que a UE conseguiu alcançar. A paz, a possibilidade de viver em liberdade, a livre circulação de pessoas e bens e 50 anos de progresso económico e social são apenas alguns dos benefícios de que temos usufruído e de que continuamos a usufruir atualmente. É nosso dever recordar ao mundo que estes benefícios

não caíram do céu e que é graças à União Europeia que deles desfrutamos. Além disso, nada pode ser considerado um dado adquirido, nem mesmo a paz.

Apesar de tudo, temos de admitir que, desde 2009, alguns dos valores fundamentais da UE, incluindo o da solidariedade, se perderam pelo caminho. Mais uma vez, os últimos anos testemunharam um aumento assustador da xenofobia, do racismo e do discurso fascista, tendo os partidos nacionalistas e populistas vindo constantemente a ganhar terreno e a atrair um público cada vez mais vasto. No entanto, para travar o rápido aumento do sentimento antieuropeu, a UE precisa de tomar decisões audaciosas para conseguir sair do impasse e da espiral de crises. Só poderemos recuperar a confiança dos cidadãos europeus se os decisores políticos e os líderes dos Estados-Membros tomarem medidas claras e significativas para demonstrar que a UE está próxima dos seus cidadãos. É vergonhoso que, em 2017, haja pessoas na Europa a morrer à fome e que os pobres estejam a ficar ainda mais pobres. É necessário que todos estejamos de acordo quanto à necessidade de uma economia social de mercado que envolva medidas que visem a redistribuição da riqueza e o reforço

da dimensão social do nosso modelo económico.

Neste sentido, o CESE tem vindo a apresentar, há já algum tempo, propostas concretas, como a mutualização da dívida dos Estados-Membros e um rendimento mínimo garantido para os cidadãos da UE. Além disso, a pedido da Comissão, o CESE terá a oportunidade de elaborar e apresentar propostas sobre o futuro da Europa, sob a forma de um parecer que será submetido a votação dentro de alguns meses, seguindo o mesmo modelo de consulta junto dos parceiros sociais de todos os Estados-Membros que foi utilizado com êxito para os pareceres sobre o pilar europeu dos direitos sociais e sobre a resposta à crise migratória.



Europe day

Em conclusão, é necessário tomar, urgentemente, decisões políticas a favor de uma Europa unida, democrática, solidária, pacífica, próspera e próxima dos seus cidadãos.

Georges Dassis
Presidente do CESE

CESE exorta Comissão a reforçar orçamento de investigação e inovação



As conclusões da consulta às partes interessadas realizada pela Comissão com vista à avaliação intercalar do Programa Horizonte 2020 foram apresentadas pela primeira vez num evento conjunto do CESE e da DG RTD da Comissão Europeia, em 28 de abril.

A ocasião constituiu ainda uma oportunidade para comparar esses resultados com os do recente relatório de informação do CESE elaborado por **Gonçalo Lobo Xavier**, vice-presidente do CESE, e os do parecer elaborado por **Ulrich Samm** (Grupo dos Empregadores – DE).

Gonçalo Lobo Xavier afirmou: «Saúdamos esta iniciativa da Comissão Europeia porque este programa é muito importante para o nosso futuro e para o futuro das gerações vindouras, e o CESE está muito empenhado no processo de avaliação.»

A conferência concluiu que o Horizonte 2020 é um programa de inovação bem-sucedido que conjuga

excelência, infraestruturas de investigação conjuntas, cooperação transfronteiras, bem como sinergias entre o mundo académico, a indústria, as PME e os organismos de investigação. Todavia, é absolutamente crucial aumentar o orçamento para o financiamento da investigação e da inovação (I&I) a nível da UE e alargar a participação, mantendo simultaneamente padrões de excelência – uma visão partilhada por 89% dos inquiridos.

Sobre a questão do financiamento, Ulrich Samm sublinhou: «O maior problema que observámos foram as enormes disparidades na Europa. Temos taxas muito diferentes de participação bem-sucedida no Horizonte 2020 e há uma correlação muito clara com o financiamento nacional. Os Estados-Membros em que o financiamento nacional é mais elevado são mais bem-sucedidos, ao contrário daqueles com um nível inferior de financiamento nacional.» (mr)

Regras da UE em matéria fiscal não estão preparadas para a economia digital

Regras da UE em matéria fiscal têm de ser adaptadas à realidade de modo a proporcionar um futuro mais próspero aos cidadãos europeus. Eis a mensagem principal do debate CESE sobre a tributação da economia digital, realizado em 5 de maio.

«A economia digital deixou de ser apenas uma parte da economia para se tornar na economia propriamente dita», declarou a oradora principal do debate, **Rita de la Feria**, docente de Direito Fiscal na Universidade de Leeds e perita de renome no domínio fiscal. «A digitalização da economia e a globalização são fenómenos irreversíveis. Ou continuamos a tentar encaixar a realidade na nossa legislação, com medidas avulsas, ou adaptamos as nossas regras e a nossa legislação, em especial em matéria de fraude, de forma a proporcionar maior prosperidade aos nossos cidadãos», acrescentou.

Joost van Iersel, presidente da secção responsável pelas questões relativas à União Económica e Monetária (Secção ECO) do CESE, convidou os peritos em matéria fiscal e os economistas presentes a examinarem a forma de tributar adequadamente os novos modelos empresariais, de trabalho e de consumo da economia da partilha.

Recordou ainda que o CESE atribui importância capital às propostas que visam a tributação adequada da economia digital. No âmbito mais alargado dos seus trabalhos sobre a equidade fiscal, o CESE elabora atualmente um parecer sobre a tributação da economia da partilha.

«As atuais regras de tributação podem matar a economia da partilha quando, na verdade, esta tem efeitos positivos no aumento da produtividade. Além disso, estas regras são especialmente exigentes para as pequenas empresas», afirmou o membro do CESE **Krister Andersson** (Grupo dos Empregadores – SE). «Temos de adaptar as nossas regras fiscais em conformidade, de modo a vencer os desafios com que nos confrontamos e a garantir que exploramos plenamente todas as oportunidades que se nos oferecem», acrescentou.

«Precisamos de um sistema de tributação mais homogéneo na Europa. A nossa economia não está ancorada no nosso território, pelo que devemos abordá-la de forma homogénea a nível europeu», afirmou **Giuseppe Guerini** (Grupo dos Interesses Diversos – IT), relator do parecer do CESE sobre a «Tributação da economia da partilha». (mm)

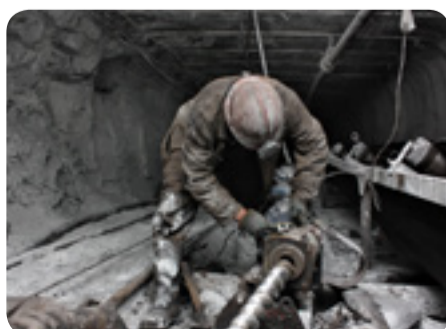


Rita de la Feria no debate sobre a tributação da economia digital

Transição energética e industrial: as consequências da eliminação gradual do carvão devem ser atenuadas

Em 7 de abril, a Comissão Consultiva das Mutações Industriais (CCMI) do CESE realizou um debate de alto nível sobre o tema «Transição energética e industrial – consequências industriais, económicas e sociais», reunindo peritos em energia de diferentes Estados-Membros produtores de carvão, representantes do setor e dos sindicatos, bem como membros do CESE.

Os debates evidenciaram os desafios que o encerramento de minas de carvão coloca aos países e regiões carboníferas. Por exemplo, nas zonas onde o carvão é um dos poucos recursos energéticos nacionais e uma fonte importante de emprego, a transição energética pode ter um impacto muito significativo.



© Shutterstock

No entanto, os participantes concordaram com a necessidade premente de uma redução gradual e estruturada do carvão na Europa, a fim de cumprir os objetivos de baixas emissões de carbono para 2050 e proteger o ambiente e a saúde. **Pierre Jean Coulon**, presidente da Secção Especializada de Transportes, Energia, Infraestruturas e Sociedade da Informação (TEN), salientou que este processo requer estratégias inteligentes a longo prazo, centradas no equilíbrio entre os impactos económicos, ambientais e sociais. **Janusz Pietkiewicz** (Grupo dos Empregadores – PL), membro do CESE, acrescentou que é igualmente necessário transformar os consumidores em intervenientes ativos (prossumidores).

Os participantes realçaram que a solução pode passar por uma mudança para energias renováveis. Os regimes de investimento regional e a participação da população local, por forma a assegurar o apoio da opinião pública, são fundamentais para o êxito da transição.

Dumitru Fornea (Grupo dos Trabalhadores – RO), membro do CESE, resumiu a questão nos seguintes termos: «Não estamos voltados para o passado. Não se trata de salvar o carvão, mas de salvar a nossa economia e empregos para os nossos cidadãos. Isto requer tempo, o apoio de todas as partes interessadas e a comunicação com as pessoas em causa». (sma)

Proposta de pilar europeu dos direitos sociais provoca primeira reação crítica de organizações patronais

pelo Grupo dos Empregadores do CESE

A proposta de um pilar europeu dos direitos sociais provocou uma primeira reação crítica dos secretários-gerais da UEAPME, da EUROCHAMBRES e do CEEP. Véronique Willems, Arnaldo Abruzzini e Valeria Ronzitti participaram na reunião do Grupo dos Empregadores para debater as prioridades atuais das suas organizações.

«As propostas centradas na conciliação entre vida familiar e profissional que temos até agora terão um grande impacto nas PME e irão aumentar os encargos financeiros», declarou **Véronique Willems**, secretária geral da UEAPME. Segundo a UEAPME, o objetivo principal deveria ser uma melhor

aplicação e execução das regras em vigor, em vez da criação de direitos adicionais.

«Estamos muito preocupados com a orientação que a política europeia está a tomar», afirmou **Arnaldo Abruzzini**, secretário-geral da EUROCHAMBRES, referindo-se ao pilar europeu dos direitos sociais. Na sua opinião, existe uma tendência na União Europeia para explorar o aspeto social ao máximo, pois os políticos esperam que tal consiga travar o populismo. Sublinhou ainda que nenhuma política social pode ser sustentável sem crescimento e criação de emprego. Os postos de trabalho não são criados pela política social, mas sim pelos empresários, que precisam de um ambiente empresarial sólido favorável ao crescimento.



Valeria Ronzitti (CEEP) e Arnaldo Abruzzini (EUROCHAMBRES)

Para **Valeria Ronzitti**, secretária-geral do CEEP, as propostas da Comissão têm agora de ser cuidadosamente analisadas para se obter uma avaliação exaustiva e realista. afirmou que, durante a próxima Cimeira Social, a realizar em Gotemburgo, os empregadores dispõem de uma oportunidade excelente para realçar a importância do crescimento e do emprego no âmbito do conceito abrangente de pilar social. (lj) ●

Trabalhadores querem mudanças concretas: uma Europa social ao serviço dos cidadãos

pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

Em 26 de abril de 2017, a Comissão Europeia publicou o seu «pacote social», que consiste em 17 documentos distintos, incluindo propostas relativas a um pilar europeu dos direitos sociais. Trata-se da primeira resposta da Comissão Juncker às reivindicações do movimento sindical.

É urgente dar resposta ao défice social mediante a correção do desequilíbrio existente entre a política social e económica, bem como através da reparação dos prejuízos causados à sociedade europeia após tantos anos de austeridade. Os trabalhadores exigem uma Europa social que esteja ao seu serviço, com direitos concretos e garantidos.

O Grupo dos Trabalhadores analisará em pormenor as propostas da Comissão, que



consistem num conjunto de iniciativas legislativas e não legislativas, a fim de avaliar de que forma respondem às expectativas da sociedade civil e aos objetivos estabelecidos na posição do CESE sobre o pilar europeu dos direitos sociais.

Este é um momento oportuno para reiterar que os trabalhadores da Europa estão muito orgulhosos do acervo social europeu em cuja construção o Grupo dos Trabalhadores foi fundamental, bem como dos direitos sociais garantidos que lhe estão associados.

Não apoiaremos quaisquer tentativas de enfraquecimento do acervo social através da alteração para meros princípios e parâmetros de referência.

A UE precisa de apresentar uma agenda positiva para os trabalhadores, que aborde igualmente os desafios do século XXI e o Trabalho 4.0. O Grupo dos Trabalhadores apelou a medidas que garantam o progresso social, designadamente: garantia de condições de trabalho justas para todos, uma diretiva-quadro relativa ao rendimento mínimo, proteção da segurança social para todos, respeito pelos direitos da negociação coletiva e dos sindicatos e uma abordagem comum da UE ao salário mínimo.

Se a UE não cumprir, teremos de viver com as consequências: aumento do nacionalismo, do protecionismo e da xenofobia que podem, em última instância, conduzir à sua destruição. (mg) ●

Luca Jahier na Academia Eslovaca das Ciências sobre o futuro da Europa

pelo Grupo dos Interesses Diversos do CESE

Em 18 de abril de 2017, o Instituto de Investigação Económica da Academia Eslovaca das Ciências, em conjunto com a Associação Internacional da Eslováquia e a Associação Económica da Eslováquia, organizou uma conferência internacional em Bratislava intitulada «O 60.º aniversário do Tratado de Roma: o futuro da Europa».

Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos do Comité Económico e Social Europeu, participou na conferência

e apresentou o papel que a sociedade civil desempenha no futuro da Europa. Debatu os últimos acontecimentos neste continente, nomeadamente as próximas eleições em França, o Brexit e o futuro papel da sociedade civil no novo paradigma de instabilidade política e económica e de tensão geopolítica.

Durante o encontro, representantes do CESE explicaram ainda a situação em que se encontra a economia europeia atualmente e quais os principais desafios que se colocam ao seu desenvolvimento futuro. Tendo em conta as repercussões sem precedentes da crise financeira mundial e a



profunda recessão que se vive em todo o mundo (especialmente a crise da dívida e o respetivo impacto na economia real e no emprego), foi apresentado um pacote abrangente de reforma da economia da UE e da área do euro.

A conferência chegou à conclusão de que os Estados-Membros precisam de trabalhar em conjunto para ultrapassar os problemas e os perigos, externos e internos, que se colocam à União Europeia. (cl) ●

NOTÍCIAS BREVES

«Quando somos solidários podemos deixar uma marca na história», afirmou Georges Dassis no Fórum Europeu da Solidariedade

Em 12 de abril, o presidente do CESE, **Georges Dassis**, participou na sessão de encerramento do Fórum de Partes Interessadas do Corpo Europeu de Solidariedade, juntamente com o presidente da Comissão Europeia, **Jean-Claude Juncker**, e o presidente do Parlamento Europeu, **Antonio Tajani**.

«Quando somos solidários alcançamos resultados por vezes de tal forma relevantes que podemos deixar uma marca na história», referiu Georges Dassis.

Georges Dassis saudou a iniciativa do Corpo Europeu de Solidariedade e sublinhou que «o CESE solicitou que fossem tomadas medidas, sob a chancela europeia, diretamente dirigidas ao quotidiano dos cidadãos e com um cariz social. Esta batalha não será ganha com discursos, mas

sim com ações que devem ser divulgadas junto da população».

«Não há nada mais inteligente do que ajudar alguém», afirmou **Antonio Tajani**, que referiu a necessidade de solidariedade após a ocorrência de catástrofes naturais.

«Ainda somos a região mais rica do mundo, por isso temos de aprender a partilhar», declarou **Jean-Claude Juncker**.

Lançada em setembro de 2016, a iniciativa visa dar aos jovens entre os 18 e os 30 anos a oportunidade de participarem em projetos para ajudar os que se encontram em situações desfavorecidas. O CESE apoia os jovens cidadãos ao continuar a promover o Prémio para a Sociedade Civil, ao mesmo tempo que organiza anualmente o evento para jovens «A tua Europa, a tua voz!». Além disso, em 18 de maio, o CESE celebrou 30 anos do programa Erasmus+, organizando uma conferência para assinalar a ocasião. (ks) ●

Dia de Portas Abertas – 6 de maio de 2017



O Comité Económico e Social Europeu (CESE) – à semelhança das outras instituições europeias – abriu as suas portas ao público no sábado, dia 6 de maio. Os conselheiros e os funcionários do Comité receberam mais de 2 700 visitantes, muito interessados em saber mais sobre o funcionamento do CESE e as questões que abordamos.

O tema da edição de 2017 do Dia de Portas Abertas foi o 60.º aniversário da assinatura do Tratado de Roma. Houve visitas guiadas, bancas de informação, atividades interativas, concertos ao vivo e mesmo um espaço educativo para os visitantes mais novos.

Esta oportunidade única para descobrir a diversidade da Europa, num ambiente divertido e acolhedor para as famílias, foi coroada de êxito. Para mais informações sobre o dia, consulte o nosso sítio Web <http://www.eesc.europa.eu/opeday2017/> (nb)



CESE Info em 23 línguas: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

Maio 2017 / 5

Editores:

Füssl Karin (editor-chefe)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição:

Chloé Lahousse (cl)
Daniela Marangoni (dm)
Katerina Serifí (ks)
Laura Lui (ll)
Leszek Jarosz (lj)
Margarida Reis (mr)
Margarita Gavanis (mg)
Milen Minchev (mm)
Mireia Quingles (mq)
Nadia Boukhenfouf (nb)
Sílvia M. Aumair (sma)

Coordenação geral:

Katerina Serifí (ks)

Data do fecho desta edição: 10 de maio de 2017

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99,
B-1040 Bruxelas, Bélgica
Tel.: (+32 2) 546 94 76
Fax: (+32 2) 546 97 64
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu
Sítio Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

O *CESE Info* é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE.

As versões impressas do *CESE Info* em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu.

Além disso, o *CESE Info* encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio Web do Comité:

URL: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

O *CESE Info* não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do *CESE Info* como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor).

Tiragem: 6 500 exemplares.

O próximo número sairá em julho de 2017.

IMPRESSO EM PAPEL 100% RECICLADO



Serviço das Publicações